



AGRICULTURA E MERCADO

DESAFIOS DAS AGRICULTORAS,
AGRICULTORES E QUEBRADEIRAS
DE COCO BABAÇU NO ACESSO ÀS
POLÍTICAS PÚBLICAS

RAMA



Diagnóstico realizado com apoio do:
Grassroots Internacional

Organização responsável:
Rede de Agroecologia do Maranhão

Organizações participantes:
Associação Agroecológica Tijupá
Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa)
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema)
Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
(Cimqcb)

2021

Apresentação

A agricultura familiar é um dos setores da economia que mais evolui na produção de alimentos e geração e distribuição de renda de maneira igualitária. (CARVALHO, 2017; MELITO, 2020). Contudo, apesar da sua importância, as diferentes categorias de agricultores familiares sempre estiveram às margens das ações do Estado e dos benefícios oferecidos pela política agrícola que durante muito tempo privilegiaram os setores mais capitalizados (MATTEI, 2014; GRISA, SCHNEIDER, 2014). Foi somente nas últimas décadas, com a maior permeabilidade nas instituições públicas das proposições geradas no seio da sociedade civil, que o governo federal ampliou e diversificou o leque de políticas públicas especificamente voltadas para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais (DIAS et al., 2018; PETERSON, s/d).

A emergência de novos sujeitos na arena política, a partir da década de 1990, trazendo novas bandeiras de lutas e reivindicações específicas, contribuiu para a politização da própria cultura e de modos de vidas tradicionais que se tornaram estratégias de luta, com identidades coletivas e tradições comunitárias sendo articuladas a questões de ordem material e econômica (CRUZ, 2014). A abertura de diálogos entre estes e o Estado e a criação de regras e instrumentos de política pública, possibilitaram a redefinição de regras e compreensões que afetaram suas condições socioeconômicas (GRISA; SCHNEIDER, 2014; WANDERLEY, 2014).

Para Schneider et al. (2004, p. 21), dentre os acontecimentos recentes mais marcantes na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a primeira política agrícola nacional direcionada especificamente para agricultores familiares (SCHNEIDER et al., 2004). Também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) têm contribuído para a valorização da produção local, ecológica e ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos (GRISA, SCHNEIDER, 2014). Somam-se a eles, a Política de Garantia de Preços Mínimos para os

Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) que visa garantir uma renda mínima e a preservação ambiental, por meio do incentivo e valorização do uso sustentável dos recursos naturais (MORAIS, 2020).

Estas políticas adquiriram fundamental relevância e passaram a ser interpretadas como instrumentos para a promoção da sustentabilidade e dos processos de desenvolvimento, ao promover agricultores e os consumidores em situação de vulnerabilidade. A incorporação de preocupações sobre impactos sociais, econômicos e ambientais nas aquisições realizadas pelos órgãos governamentais proporcionou resultados para a sociedade e a economia (PREISS et al., 2020, p. 72).

Conforme Preiss et al. (2020, p. 80), para além do tratamento à agricultura familiar, os novos mecanismos de compras públicas trazem preocupações em promover a participação de grupos sociais específicos, em geral invisibilizados ou marginalizados pela sociedade. Uma das diretrizes do Pnae, por exemplo, incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (BRASIL, 2007; PREISS et al., 2020).

Nesta perspectiva, as formas saudáveis de produção e a relação harmoniosa com o ambiente natural, praticadas por extrativistas, quilombolas e indígenas se converteram em uma via para fazer frente à exclusão econômica e social e à deterioração ambiental (MORAIS, 2020; COSTABEBER; ESTRADA, 1998, s/p). A inclusão produtiva destas categorias, por meio das políticas públicas a elas direcionadas, contribuiu para o reconhecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando e valorizando suas identidades, suas formas de organização e suas instituições, proporcionando incremento de renda sem que para isso elas tenham que se submeter a elos de dependência técnica e econômica aos complexos agroindustriais e financeiros (BRASIL, 2007; DIAS et al., 2018; PETERSON, s/d).

No Maranhão, elas têm contribuído para o desenvolvimento local e para a melhoria nas condições de vida de diversas categorias, em virtude da geração de renda e redução das vulnerabilidades sociais (CARVALHO, 2017). A

congregação de esforços entre o governo e as organizações locais tem se mostrado necessária para o aprimoramento das políticas públicas e para a criação de novas oportunidades de mercado, a exemplo do Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf).

A conjugação de forças também resultou na criação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão (Lei 10.986/2018), iniciativa das organizações que compõem a Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama). A Peapoma, como é chamada, objetiva promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica a todos os setores do extrativismo e da agropecuária maranhense (SAF, 2020). Estas ações também desencadearam novas oportunidades a nível regional, a exemplo das ações adotadas para fortalecimento da biodiversidade e inserção produtiva de povos e comunidades tradicionais.

A organização social no estado tem favorecido o fortalecimento e consolidação de tais políticas, bem como desenvolvido novas dinâmicas, como a participação em feiras solidárias e agroecológicas que visam assegurar direitos e ampliar oportunidades (ALVES et al., 2018). A convergência de interesses, a pressão social e a conjuntura política favorável facilitaram a internalização destas ações, proporcionando o acesso ao mercado e o fortalecimento das capacidades produtivas de inúmeras famílias e grupos, por meio de compras pelo poder público a preços pré-fixados (SAMBUICHI et al., 2019; GRISA, SCHNEIDER, 2014; PETERSON, s/d.).

Todavia, apesar do êxito destas experiências, das mudanças nos hábitos alimentares, do seu papel para a redução da fome e valorização da agricultura familiar, suas exigências burocráticas têm se tornado empecilho no acesso a este tipo de intervenção. Aliam-se a isso, os cortes orçamentários, a paralisação na liberação dos recursos e o contexto de pandemia.

O volume de recursos que vinha decaindo desde 2013, com os cortes orçamentários do segundo mandato do governo da ex-presidenta Dilma Roussef, e acelerada na gestão do Michel Temer, se intensificou com Jair Bolsonaro que tem empreendido múltiplos esforços para o desmonte das políticas e dos conselhos que se tornaram referência internacional (MELITO, 2020; PENSSAN, 2021). Conforme dados da Articulação do Semiárido

Brasileiro (ASA), em 2018, os recursos para o PAA e Pnae caíram de 500 milhões de reais para apenas 54 milhões, um corte de aproximadamente 90%, diminuindo para 55% o número de pessoas atendidas pelos programas (de 91,7 mil para 41,3 mil) (GONZAGA, 2018).

Em 2020, a Lei Orçamentária Anual (LoA) previa apenas 186 milhões de reais para o PAA, sendo que 66 milhões destes encontravam-se contingenciados pelo Ministério da Economia (ANA, 2020). Embora 500 milhões tenham sido doados em abril do mesmo ano para elevar a atuação do PAA, organizações e movimentos sociais apontam que ele apenas retardou o efeito catastrófico gerado pela pandemia e pela deterioração desta política, uma vez que desse valor R\$ 240 mil não foram usados (DALLABRIDA, 2021; VICTOR, 2021). Em 2021, mesmo com a forte mobilização social, a previsão é de apenas R\$ 101 milhões para o programa.

O Pronaf que receberia 3,8 bilhões, em 2021, teve corte de 1,3 bilhão do orçamento subvencionado. O Pnae que estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde) destinados à alimentação sejam para aquisição direta da agricultura familiar também se encontra ameaçado. Dados do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) apontam que o Requerimento de Urgência 245/2021, que visa alterar a Lei do Pnae (11.947/2009), “retira a determinação de aquisição de produtos da agricultura familiar e abre precedentes para reserva de mercado de alguns tipos específicos de alimentos, tornando o programa vulnerável aos múltiplos interesses de produtores e da indústria de alimentos, que veem nele um canal de escoamento de seus produtos” (ÓAÊ, 2021).

Conforme Diniz et al. (2020, p. 479), “surpreendentemente, a PGPM-Bio é uma das políticas públicas que ainda não foi afetada por este cenário de desconstrução”, embora o pagamento efetivo da subvenção tenha ficado bem aquém do orçamento (MORAIS, 2020). Como verificado por Moraes (2020, p. 87), o valor orçado entre 2009 e 2018, atingiu R\$ 214 milhões, contudo o montante pago em subvenção foi de apenas 22% deste volume, um total de R\$ 47,1 milhões.

Verificamos, portanto, que a situação política e econômica e, agora a pandemia, têm acentuado a pobreza, a insegurança alimentar e aprofundado as

desigualdades, conforme revela o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Penssan (2021). Desse modo, desafios que pareciam superados há alguns anos pelo resultado do acúmulo de políticas de longo prazo retornam ao centro das preocupações sociais e do debate público (PENSSAN, 2021, p. 5).

Assim, a dificuldade de acesso aos programas, somado aos baixos recursos contribuem para reduzir o alcance das políticas e limitar o acesso. E trazem com eles a necessidade de encontrarmos estratégias conjuntas para sua superação. Acreditamos que quem tem fome tem pressa, assim como aqueles que encontram na comercialização dos seus produtos uma fonte de rendimentos precisam de apoio para escoamento da produção.

Desenvolvido no âmbito do projeto “*Agroecologia em rede: cuidando da terra e do bem viver*” que visa promover o intercâmbio de saberes agroecológicos, a partir das experiências das organizações filiadas à Rama, neste documento são apresentadas as dificuldades identificadas no acesso às políticas públicas de comercialização de produtos da agricultura familiar e da agroecologia, especificamente do PAA, do Pnae e da PGPM-Bio, nos municípios da área de abrangência da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa), da Associação Agroecológica Tijupá, da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) e da Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (Cimqcb/Miqcb).

O intuito é demonstrar como as exigências burocráticas inviabilizam a participação de agricultores, tornando o caminho para o alcance de autonomia econômica e geração de renda ainda mais extenso. Os dados obtidos permitirão a adoção de mecanismos que incidam sobre os processos de implementação e reivindicar de forma contundente junto aos órgãos públicos a eliminação de tais entraves e, desse modo, fortalecer a produção familiar e agroecológica no estado.

Quadro 1: Associações e seus municípios de abrangência

Associações	Municípios de atuação
Acesa	Alto Alegre do Maranhão, Bacabal, Lago Verde, Lago da Pedra, Lago do Junco, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga.
Assema	Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, Pedreiras, Peritoró, Poção de Pedras, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Joselândia e Santo Antônio dos Lopes, São Luís Gonzaga, Trizidela do Vale.
Tijupá	Cachoeira Grande, Morros, Rosário e Presidente Juscelino.
Cimqcb/Miqcb	Lima Campos, Cidelândia, Codó, Timbiras, Cajari, Viana, Matinha, São Luís Gonzaga.

Fonte: Rama, 2021.

Agricultura e mercado: desafios das agricultoras, agricultores e quebradeiras de coco babaçu no acesso às políticas públicas

A agricultura familiar é a principal ocupação no campo maranhense. Dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram um total de 697.236 (77,64%) pessoas trabalhando nesta atividade, desenvolvendo lavouras temporárias, criação animal, extrativismo do coco babaçu e produção de carvão vegetal, sendo o governo a principal fonte de assistência técnica (IBGE, 2017; SANTOS et al., 2020, p. 63).

Apesar deste acentuado número, o valor da agricultura familiar no Censo correspondeu a apenas 1/4 da produção agropecuária no estado, o equivalente a R\$ 1.859.942,00 (SANTOS et al., 2020). Dado o expressivo contingente de pessoas envolvidas nesta atividade, este número pode ser muito maior do que o apresentado pelos dados oficiais, uma vez que eles não levam em conta o autoconsumo, o intraconsumo e a distribuição não mercantil e não monetária (SABOURIN, 2007, p. 719). Neste sentido, muitos estabelecimentos que não comercializam sua produção e a direcionam apenas para o autoconsumo doméstico ou para insumos intermediários nas atividades produtivas são ignorados (SCHNEIDER, CASSOL *apud* SANTOS et al., 2020).

Por outro lado, ao demonstrar que a agricultura familiar representa 85,14% dos estabelecimentos agropecuários e absorve cerca de 77,64% do pessoal ocupado no Maranhão (SANTOS et al., 2020), evidencia sua importância socioeconômica para um contingente que encontra nela uma importante fonte de subsistência. Mas que enfrenta enormes dificuldades, como a concentração fundiária e a monopolização dos mercados por grandes corporações agroalimentares que produzem em larga escala e de forma padronizada e que, valendo-se do poder econômico e político que possuem, estabelecem complexos mecanismos de regulação e controle que excluem a possibilidade de manutenção da produção em escala artesanal (PREISS et al., 2020; CARNEIRO et al., 2015).

Diante dos limites dos mercados convencionais e da sua incapacidade em absorver a grande variedade de produtos da agricultura familiar, as redes alternativas de comercialização – os chamados circuitos curtos – se converteram em outras vias pautadas pelo respeito aos modos de criar, fazer e viver dos povos e comunidades tradicionais. É nesta perspectiva que as feiras livres, agroecológicas e da economia solidária, os espaços coletivos de comercialização, as vendas de porta em porta e os mercados institucionais voltados para a produção e comercialização de produtos orgânicos ou agroecológicos oriundos da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana ganham relevância (CARNEIRO et al., 2015, p. 393).

Os mercados institucionais, especificamente, têm representado uma ferramenta ao fortalecimento da agricultura para diversos grupos e agricultores ao possibilitá-los potencializar seus sistemas produtivos (SABOURIN, 2011). Dos grupos das organizações da Rama que comercializam junto a estes espaços, se observa uma ampla diversificação que os permitem dinamizar a ofertas, os critérios de qualidade e seus rendimentos por um período mais longo.

A produção dos grupos acompanhados por estas organizações incluem desde frutas, hortaliças, derivados da mandioca e do babaçu, e pequenos animais. Muitos são comercializados *in natura* e outros semi-processados, como as féculas (de mandioca e araruta), farinhas (seca e de puba), polpas de frutas e azeite. Somam-se a eles os produtos não alimentares, como detergentes, artesanatos feitos de babaçu e fibra de bananeira, mudas de frutíferas e madeiras e plantas medicinais.

Tabela 1: Produtos dos grupos da Acesa, Assema, Cimqcb, Tijupá

Produtos alimentares			
Óleo	Geleias	Hortaliças	Tubérculos e raízes
Azeite	Licores	Legumes	Farinhas
Mesocarpo	Cachaças	Frutas	Pequenos animais
Biscoito	Doces	Grãos	Comida caseira
Bolo	Féculas	Polpas de frutas	Crems e mingaus
Produtos não alimentares			

Sabão	Amaciante	Artesanato	Garrafadas
Sabonete	Desinfetante	Carvão	Plantas medicinais

Fonte: Rama, 2021.

Dos municípios das áreas de atuação da Acesa, Assema, Cimqcb/Miqcb e Tijupá, verificou-se que é São Luís Gonzaga, Matinha, Poção de Pedras e Viana os que apresentam maior número de pessoas e grupos assessorados por elas acessando o Pnae, PAA e Procaf (Figura 1). O acesso à PGPM-Bio concentra-se, principalmente, nos municípios do Médio Mearim, região marcada pela presença histórica de organizações sociais das quebradeiras de coco e onde é produzido cerca de um terço do volume nacional de amêndoas de babaçu (PORRO, 2019; MORAIS, 2020).

De acordo com Morais (2020, p. 27), dos valores aplicados pela PGPM-Bio, entre 2009 e 2018, mais de 45,86% (R\$ 21,8 milhões) foram para o pagamento de amêndoas de babaçu, sendo que desse valor mais de 99,7% (R\$ 21.796.610,00) foram destinados ao Maranhão, onde historicamente 90% de toda a produção é destinada ao mercado (DINIZ et al., 2020). Esses dados evidenciam a relevância deste subsídio da natureza para um expressivo contingente de famílias rurais que se dedicam não apenas à extração e comercialização de amêndoas, mas também à produção de carvão, de azeite e de outros subprodutos do babaçu que atenuam as restrições econômicas impostas pelas desigualdades sociais (PORRO et al., 2020).

Figura 1: Distribuição dos municípios por políticas acessadas



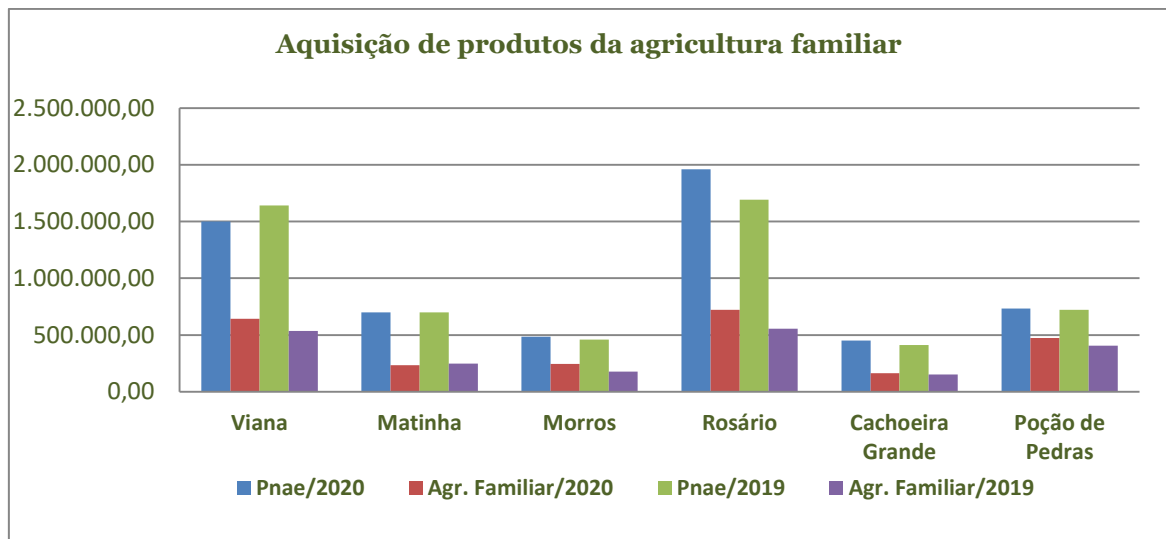
Fonte: Rama, 2021.

Dados da Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAF, 2020), apontam que, entre 2015 e 2020, o PAA no estado comercializou 60 milhões de reais, valor este referente às modalidades estadual, mista, direta, pura e Conab. Enquanto no âmbito do Procaf, entre 2018 e 2019, foram adquiridos R\$ 7.594.227,16 em produtos.

No que tange ao Pnae, na figura abaixo são apresentados os valores liberados, em 2019 e 2020, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde) para Viana, Matinha, Rosário, Cachoeira Grande e Morros, como também o percentual empregado pelas prefeituras para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Verifica-se que as compras da agricultura familiar em Viana, Matinha, Rosário, Cachoeira Grande e Morros variaram em torno de 33% e 39%, com este último município atingindo 50% em 2020. Em Poção de Pedras, as compras alcançaram 57%, em 2019, e 64% no ano seguinte. Em todos eles se observa que as compras ultrapassaram o valor mínimo estipulado, demonstrando a articulação dos beneficiários e o envolvimento dos governantes no desempenho destas políticas.

Figura 2: Aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Pnae¹



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TCE/MA (2019, 2020) e Fnde (2019, 2020).

Esta inserção de pequenas unidades de produção e a aproximação entre elas e os locais de consumo se constituem estratégia-chave imediata para a reconstrução e fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, pois, além de favorecerem a diversificação produtiva das unidades familiares e comunitárias, proporcionam a valorização de gêneros muitas vezes negligenciados nos mercados convencionais (BAVA, 2012; CARNEIRO et al., 2015, p. 391; RAMÍREZ, 2021).

Apesar da capacidade dos mercados institucionais em absorver grandes variedades de produtos e se ajustar, em certa medida, às variações sazonais (CARNEIRO et al., 2015), eles possuem restrições para aquisição. Por conta disso, alguns dos itens produzidos pelos agricultores são comercializados através de redes articuladas pelas organizações e que atuam como intermediárias entre os produtores e os consumidores, como o Circuito de Feiras Agroecológicas do Baixo Munim e do Médio Mearim, o Armazém do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/São Luís e o Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão (Cresol).

¹ Dados para Alto Alegre, Lago Verde e São Luís Gonzaga não estavam todos disponíveis nos sites consultados. Por isso, optou-se por apresentar no gráfico apenas os municípios cujas informações estivessem completas.

Algumas delas possuem espaços de venda nas suas sedes e atuam como intermediárias, como a Assema que, além dos mercados locais, também comercializa óleo de babaçu nos mercados nacionais e internacionais para empresas do ramo de cosméticos. Neste sentido, atuam como agentes indispensáveis, fomentando o desenvolvimento econômico através da mediação e articulação que exercem entre os diferentes agentes (RAMÍREZ et al., 2021).

A constituição dos canais de comercialização das organizações tem colocado novos desafios para a cooperação, uma vez que exige maior capacidade de gestão e de participação de mais pessoas. Mas também tem garantido a participação de todos os sujeitos no processo e contribuído para a igualdade de condições entre mulheres e homens (ALVES et al., 2018), constituindo uma saída para a comercialização, pois nem sempre os agricultores conseguem um escoamento exitoso dos seus produtos junto aos programas institucionais. Deste modo, estes canais também se constituem uma forma de facilitar o acesso à renda, muitas vezes dificultada pela burocracia imposta pelos órgãos responsáveis pela gestão destas políticas.

A criação de normas e procedimentos de regulação tem, em muitas situações, excluído a possibilidade de participação dos agricultores e privilegiado famílias e grupos mais estruturados economicamente (MELITO, 2020). Aliado a isso, a dificuldade de inserção de produtos diversificados da agricultura na merenda escolar e o desconhecimento sobre a importância de uma prática alimentar pautada na tradição local contribui para o menor aproveitamento do leque de produtos que os agricultores dispõem e que poderiam enriquecer sobremaneira a dieta nutricional das crianças nas escolas (MENASCHE et al., 2012).

As concepções sobre alimentação da sociedade ainda é fortemente pautada pelas definições das ciências da saúde, especialmente da medicina e nutrição, e têm contribuído para as transformações no comer (CARNEIRO et al., 2015). E, conseqüentemente, tem levado à priorização de alimentos que estejam mais próximos do que atualmente é considerado como saudável, mas que contribui para a mudança de hábitos alimentares e para o aumento da insegurança alimentar e nutricional.

Dentre os fatores que limitam a participação dos agricultores encontra-se também a dificuldade de acesso às documentações solicitadas, como a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), em virtude de ser emitida por órgãos credenciados junto ao governo federal, dificultando o acesso das pessoas que se encontram em áreas mais isoladas (DINIZ et al., 2020, p. 463). Este é o caso da PGPM-Bio que exige o preenchimento de uma série de documentos e procedimentos operacionais realizados por meio de sistema informatizado, demandando acesso à internet e domínio de tecnologias para realização do cadastro (DINIZ, 2020; MORAIS, 2020).

Conforme Maria Eliane da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Trizidela do Vale (Sttr), *as extrativistas têm que criar e-mail, se cadastrar no Sican [Sistema de Cadastro Nacional] para poder ter acesso à PGPM-Bio. E muitas delas não têm o mínimo que é a internet e o telefone. A extrativista precisa ter uma formação muito grande sobre a política e dentro do sindicato temos uma Secretária de Mulher que muitas vezes não dá conta de capacitar todo mundo. Para uma quebradeira ser representante legal as outras precisam fazer uma procuração que tem um custo e as companheiras não têm internet e recurso para fazer o processo. E nós temos ainda a grande dificuldade financeira. Em 2020, tivemos uma perda no município de quase R\$ 500 mil, porque lançaram um documento e disseram que não seria pago nenhum recurso com a safra de 2021. Então, foi grande a perda no Maranhão. O tempo de pandemia foi muito desafiador porque esperávamos ter mais facilidade no acesso à política, em virtude de estarmos trabalhando com a classe mais sofrida. Mas o que percebemos é que 2020 foi um ano muito difícil. Temos muitas extrativistas que perderam suas demandas, outras com DAPs bloqueadas e estamos com dificuldade de apoiar outros municípios e acompanhar a discussão nacional e a base. As extrativistas tiveram mais dificuldade de acessar as políticas em 2020 e 2021. A pior coisa foi não pagar em 2021 as demandas que ficaram na Conab de 2020.*

O trabalho de associações e sindicatos que atuam como mediadores destes processos, lidando com os procedimentos operacionais, tem se tornado essencial para a garantia do acesso e repasse de informações às quebradeiras de

coco. Contudo, a necessidade de apoio externo resulta em dificuldades e dependência às instituições para acessarem a política. Além disso, nem todos os municípios dispõem de organizações com aparato logístico para a operacionalização da PGPM-Bio e, portanto, quando elas não existem, as quebradeiras se tornam mais vulneráveis a ação de intermediários (MORAIS, 2020, p. 71).

Somam-se a isso as legislações incompatíveis impostas pelas agências de normatização para acesso ao Pnae e PAA. É inquestionável que os produtos devem ser produzidos dentro das normas sanitárias, as quais são estratégias adotadas pelo governo para garantir uma produção saudável. Contudo, ao não se adequar à realidade da agricultura familiar camponesa e de povos e comunidades tradicionais (CARNEIRO et al., 2015), ela exclui e inviabiliza a participação destas categorias nos processos licitatórios. Por outro lado, aqueles que conseguem atender as demandas impostas esbarram na falta de leis e decretos que regulamentam a comercialização de determinados produtos, como o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), ou na sua não efetivação nos municípios onde existem.

Com a pandemia, o escoamento e a comercialização de produtos foram amplamente dificultados, inclusive para as compras públicas e, ao mesmo tempo, o fornecimento de alimentação escolar neste contexto ficou comprometido (BRASIL, 2020). A paralização das feiras, a redução do número de feirantes onde elas se mantiveram e o fechamento dos pontos de comercialização de algumas organizações, afetaram drasticamente as rendas das famílias que delas dependem.

Para aqueles que entregam nos mercados institucionais para formação de cestas básicas para os alunos das escolas municipais, a demora gerada pelos entraves burocráticos decorrentes das dificuldades com as documentações gerou problemas nas entregas (BRASIL, 2020), desestimulando os agricultores que foram obrigados a substituir vários produtos.

Ainda que os agricultores possuam alternativas de comercialização e não se limitem às vendas para o governo, os mercados institucionais se constituem um ganho substancial e um importante complemento de renda para eles. Por isso, é de suma importância a identificação e eliminação dos entraves que ainda

dificultam o processo de implementação, os quais exigem o compromisso não apenas dos agricultores, mas, principalmente, dos gestores públicos. Diante deste cenário consideramos importante o desenvolvimento de estratégias junto às instituições públicas para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores. É fundamental a criação de diálogos entre eles, associações e prefeituras para que seja construída coletivamente compreensão sobre as políticas de comercialização e para criação de estratégias para sua execução; a adoção de normas sanitárias e formas de processamento adaptadas à realidade produtiva destes grupos; reuniões com os agricultores para identificar quais produtos eles possuem e, a partir disso, construir as chamadas que priorizem aqueles disponíveis. Também é importante que as organizações identifiquem localmente qual a melhor maneira de atuar junto às gestões municipais para que sejam feitas negociações visando a parceria e a eliminação dos entraves apontados.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; MORELLO, Thiago Fonseca. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. *International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies*. April 14-16, New Delhi, India, 2010.

ALVES, Raimundo; SOUZA, Aline Souza; MEDEIROS, Alzira. *Economia solidária e agroecologia*. Olinda: MXM Gráfica e Editora, 2018.

ANA. PAA - *Programa De Aquisição De Alimentos: Comida Saudável para o Povo*. 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/04/PAA-Comida-Saudavel-para-o-Povo-2.pdf>. Acesso em: 15 ma. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, 8 fev. 2007. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. *Alimentação escolar indígena e de comunidades tradicionais*. Brasília: MAPA, 2020.

BAVA, Silvio Caccia. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: BARTELT, D. D. (org). *Um Campeão Visto de Perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro/RJ: Heinrich-Böll-Stiftung, Editora e Gráfica, 2012.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria, FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos. *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Leonardo Maciel de. *O desenvolvimento local a partir da operacionalização do PAA e do PNAE: o caso do Território da Cidadania do Vale do Itapecuru-MA*. Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade Federal do Maranhão, 2017.

COSTABEBER, J.A.; ESTRADA, M.E. *Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva*. Versão ampliada de COSTABEBER, J.A. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba, 1998. Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

DIAS, Terezinha Aparecida Borges; SÁ, Tatiana de Abreu; HAVERROTH, Moacir. In: MEDEIROS, C. A. B.; BUENO, Y. M.; SA, T. D. de A.; VIDAL, M. C.; ESPINDOLA, J. A. A. (Ed.). *Fome zero e agricultura sustentável: contribuições da Embrapa*. Brasília, DF: Embrapa, p. 33-42, 2018.

DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá; LIMA NETO, Evaristo José de; GUÉNEAU, Stéphane; MORAIS, Luis Antonio Valois. A implementação da política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade (PGPM-Bio): análise de seus limites a partir do caso do coco babaçu no Maranhão. GUÉNEAU, Stéphane; DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá; PASSOS, Carlos José Sousa (Org.). *Alternativas para o bioma Cerrado: agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade*. Brasília, DF: IEB Mil Folhas, p. 449-484, 2020.

CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo Araújo da; SANTOS, Edinuzia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza (Orgs.). *Identidade, Território e Resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, p. 37-72, 2014.

DALLABRIDA, Poliana. *Oposição quer R\$ 1 bi para combate à fome; governo usou só metade do previsto em 2020*. MST, 2021. Disponível em: [Oposição quer R\\$ 1 bi para combate à fome; governo usou só metade do previsto em 2020 - MST](#). Acesso em: 21 jun. 2021.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, v. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

GONZAGA, Vanessa Gonzaga. Programas que fortalecem a agricultura familiar estão em risco na América Latina. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2018/07/09/programas-que-fortalecem-a-agricultura-familiar-estao-em-risco-na-america-latina>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista de Economia do Nordeste*. Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MELITO, Leandro. *No governo do mito, compras públicas de alimentos viram lenda*. 2020. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/01/no-governo-do-mito-compras-publicas-de-alimentos-vmam-lenda/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MENASCHE, Renata; ALVAREZ, Marcelo; COLLAÇO, Janine (Orgs.). *Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

MORAIS, Luis Antonio Carlos Valois. *Política De Garantia De Preços Mínimos Para Produtos Da Sociobiodiversidade (PGPMBio): entre a visão oficial e o olhar das quebradeiras de coco babaçu, nas microrregiões da Baixada e Médio Mearim/Maranhão*. Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, 2020.

ÓAÊ. Posicionamento Público Contra o Requerimento de Urgência 245/2021 que trata do PL 3.292/202. Disponível em: <https://actbr.org.br/uploads/arquivos/OrientacaoVotoPL3292AlimentacaoEscolar.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

PENSSAN. *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil*. Penssan, 2021.

PETERSON, Paulo. *Avanços e limites de uma Política de Agroecologia frente à hegemonia do Agronegócio: reflexões a partir do Brasil*. mimeografado.

PREISS, Potira V.; SCHNEIDER, Sergio; SOUZA, Gabriela Coelho de. *A Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

RAMÍREZ, Ivonne Maritza Buenaventura. *Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará na Amazônia paraense-Brasil*. *Revista Tecnologia e Sociedade*. Curitiba, v. 17, n. 47, abr./jun., p. 123-150, 2021.

SABOURIN, Eric. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2011.

_____. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 22, n. 3, set./dez., p. 715-751, 2007.

SAF. *Sistema da Agricultura Familiar*. SAF, 2020.

_____. *Agricultores familiares iniciam o ano com recursos garantidos para comercialização no PAA*. 2019. Disponível em: <http://saf.ma.gov.br/agricultores-familiares-iniciam-o-ano-com-recursos-garantidos-para-comercializacao-no-paa/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. Maranhão tem R\$ 5 milhões para executar o Programa de Aquisição de Alimentos. 2020. Disponível em: <http://saf.ma.gov.br/maranhao-tem-r-5-milhoes-para-executar-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. Municípios maranhenses iniciam a comercialização de produtos da agricultura familiar. 2021. Disponível em: <http://saf.ma.gov.br/municipios-maranhenses-iniciam-a-comercializacao-de-produtos-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

_____. Lançamento dos editais de credenciamento do Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf) para agricultores familiares e povos indígenas. 2020. Disponível em: <http://saf.ma.gov.br/lancamento-dos-editais-de-credenciamento-do-programa-de-compras-da-agricultura-familiar-procaf-para-agricultores-familiares-e-povos-indigenas/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SANTOS, Pastor Itaan; CARNEIRO, Marcelo Sampaio; FURTADO, Carlos Augusto de Oliveira. *Agricultura familiar no Maranhão: uma breve análise do censo agropecuário 2017*. *Revista Economia Nordeste*. Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 55-70, 2020.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELL, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In.: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; KAMINSK, Ricardo; MOURA, Gabriela Perin Iracema Ferreira de; JANUÁRIO, Elisângela Sanches. MENDONÇA, Danilo Barbosa; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro de. *Programa de aquisição de alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar*. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

VICTOR, Leandro. *Esvaziamento do Programa de Aquisição de alimentos acentua colapso na agricultura familiar*. Disponível em: <http://projetocolabora.com.br/ods10/crise-na-agricultura-familiar/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 25-44, 2014.

